

AUTOR

**Renato Alves
Vieira de Melo***

[auditorrenato@
gmail.com](mailto:auditorrenato@gmail.com)

* Doutorando em
Ciências Sociais pela
Universidade de
Salamanca

A busca da efetividade de direitos humanos: uma análise dos objetivos do milênio da cidade Aquiraz (Ceará, Brasil)

La búsqueda de la eficacia de derechos humanos: un análisis de los objetivos del milenio de la ciudad de Aquiraz (Ceará, Brasil)

The search of the effectiveness of human rights: an analysis of the city of millennium goals Aquiraz (Ceará, Brazil)

RESUMO

Objetivo deste artigo é auxiliara compreensão e reconhecimento da conjuntura atual dos Objetivos do Milênio com ênfase na pobreza e educação no município de Aquiraz. Com esse enfoque, este trabalho evidencia a implantação das estratégias aplicadas no município para atingir os Objetivos do Milênio, especificamente como foco na redução da pobreza e na educação fundamental, mostrando as ferramentas utilizadas pelo Estado do Ceará juntamente com o município de Aquiraz para obtenção dos seus objetivos com crescimento econômico, evidenciando os avanços alcançados e o que ainda falta para atingir para cumprir as metas da ODM. O planeta não suporta mais o uso intensivo dos recursos naturais insustentáveis, e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável precisam indicar concretamente o caminho em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável, partindo dos consensos estabelecidos entre os países na Conferência pelo Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2012, a Rio+ 20.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es ayudar a comprender y conocer la coyuntura actual de los Objetivos del Milenio dando especial énfasis a la pobreza y la educación en el municipio de Aquiraz. Con ese fin, este trabajo muestra la implantación de las estrategias seguidas por el municipio para alcanzar los Objetivos del Milenio, con el foco puesto, específicamente, en la reducción de la pobreza y en la educación fundamental, mostrando las herramientas utilizadas por el Estado de Ceará y el municipio de Aquiraz para alcanzar sus objetivos de crecimiento económico, probando los avances conseguidos y lo que todavía falta para alcanzar y cumplir las metas de los ODM. El planeta ya no soporta el uso intensivo de los recursos naturales insostenibles y los Objetivos de Desarrollo Sostenible necesitan concretar el camino en dirección a un modelo de desarrollo sostenible, partiendo de los consensos establecidos entre los países en la Conferencia para el Desarrollo Sostenible del 2012, Río+ 20.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to help understand and recognize the current conjunction of the Millennium Aims focused on the poverty and the education in the town of Aquiraz. With this perspective, this work shows the use of the chosen strategies in the town to reach the Millennium Aims, specifically focused in reducing poverty and in the basic education, showing the methods used by the State of Ceará together with the town of Aquiraz for achieving their targets within an economical growth, presenting the achievements as well as what it is yet to be done in order to reach and fulfill the ODM' objectives. The planet cannot hold the intensive use of the unsustainable natural resources anymore, and the Sustainable Development Aims need to draw the specific way towards a model of sustainable development, starting from the agreements got between the countries at the Conference for the Sustainable Development happened in 2012, Rio+20.

1. Introdução

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, deu-se a Cúpula da Terra. Naquela época, estávamos apenas vislumbrando os desafios emergentes em todo o mundo, desde a mudança climática até a perda de espécies devido à degradação da terra.

Hoje, muitas dessas preocupações, aparentemente distantes, estão se tornando realidade para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, assim como para efetivar a oportunidade do direito a uma vida digna a quase sete bilhões de pessoas, nove bilhões até 2050. A agenda do Desenvolvimento Sustentável que entrará em vigor em 2016, para ser atingida até 2030, adota um conjunto de objetivos e metas transformadoras centradas nas pessoas, com o intuito de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, tendo como maior desafio a continuidade dos ODM, como também, atingir as suas metas inacabadas.

A Assembleia no Rio de Janeiro, Rio 92, não foi um fracasso mundial, em verdade foi um marco para difundir uma visão e as peças fundamentais de um mecanismo multilateral para se alcançar um futuro sustentável.

Nesse contexto, para obtermos a construção de um mundo melhor e com redução das desigualdades, devemos resgatar valores que o ser humano tem desprezado nos últimos anos, os quais são de fundamental importância para as relações internacionais do século XXI, citamos: o respeito à natureza, à igualdade, à liberdade, à solidariedade, à tolerância, à responsabilidade pela gestão do desenvolvimento econômico e social. Para isso, todos os Estados do mundo devem partilhar desse raciocínio, e as Nações Unidas tem a responsabilidade de compartilhar e auxiliar estes países a atingirem esses valores a fim de obtermos um mundo com menos disparidades sociais, em que todos tenham caminhos mais justos.

Com esse enfoque, este trabalho tem como objetivo evidenciar a implantação das estratégias aplicadas no município de Aquiraz (Ceará) para atingir os Objetivos do Milênio, tendo como foco a redução da pobreza e a educação fundamental, mostrando as ferramentas utilizadas pelo estado do Ceará juntamente com o município de Aquiraz para a obtenção dos seus objetivos de crescimento econômico, evidenciando assim os avanços alcançados e o que ainda falta para atingir o cumprimento das metas da ODM. Como citado acima, dos oito objetivos, daremos ênfase a dois: a redução da pobreza, evidenciando a fome e a desigualdade social, e a necessidade de uma educação para todos, para que o homem obtenha uma consciência sobre a sua responsabilidade como cidadão a fim de atingir um equilíbrio no seu consumo e obter uma vida melhor.

Os ODM significam mais do que cumprir as metas da Organização das Nações Unidas (ONU) para tornar o mundo melhor e mais justo, significa aplicar gestões públicas e privadas transformadoras para o desenvolvimento humano, na busca da garantia da dignidade de homens e mulheres, na luta pelo acesso à cidadania e na inclusão dos excluídos.

Trata-se de um esforço coletivo para a equidade e justiça social, o que deve envolver a todos nós. Os ODM nos dão a oportunidade de construir um município melhor, reduzindo as desigualdades, criando oportunidades para os mais pobres e assegurando uma qualidade de vida melhor para os habitantes do município, garantindo assim um país com responsabilidade social, com mais igualdade e não discriminatório.

Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio surgem como uma maneira de transformação social de uma região e, com isso, possibilita à gestão pública federal, estadual e municipal um planejamento para implementação de programas e políticas que permitam a realização de caminhos mais justos aos menos favorecidos. Objetiva auxiliar na compreensão e reconhecimento

PALAVRAS-CHAVE

Políticas públicas;
desenvolvimento
sustentável;
objetivos do
milênio

PALABRAS CLAVE

Políticas públicas;
desarrollo
sostenible; objetivos
del milenio

KEYWORDS

Public policies;
sustainable
development;
millennium targets

Recibido:
30.09.2015

Accepted:
20.06.2016

da conjuntura atual que trata a sustentabilidade como imprescindível na atualidade para a sociedade e empresas, visando a inserção do projeto de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas para o ano de 2030.

2. A importância da Educação para a sociedade contemporânea

O nosso foco é evidenciar que, no município de Aquiraz, a busca em reduzir a pobreza, a fome e possibilitar o ensino fundamental para todos passa também por um entendimento do homem em conhecer a si mesmo, evidenciando os aspectos da sua vida e também do seu semelhante e do meio ambiente onde vive. Para obter conhecimento de si mesmo e do seu entorno, o homem necessita ser educado, pois o conhecimento que o homem tem de si mesmo tem uma grande influência sobre o que o homem é, já que o autoconhecimento é um elemento importante no processo de transformação humana (Morey, 1987). Assim, educar é um ato que visa à convivência social, à cidadania e à tomada de consciência política. A educação, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania. Esta é entendida como o acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e ainda significa o exercício pleno dos direitos e deveres previstos pela Constituição da República.

A educação é uma ferramenta que pretende fazer de cada pessoa um agente de transformação. Isso exige uma reflexão que possibilite compreender as raízes históricas da situação de miséria e exclusão em que vive boa parte da população. Hoje não podemos admitir uma sociedade sem Educação, pois esta é indispensável na vida das pessoas no que diz respeito a sua inserção e interação com o seu meio, assim podemos dizer que ter Educação é uma característica da sociedade contemporânea, uma vez que ela está baseada no conhecimento e em suas variações.

A Educação é um direito fundamental que ajuda não

só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego.

Perguntar a importância da Educação é como perguntar qual a importância do ar para nós. É pela Educação que aprendemos a nos preparar para a vida (Viana, 2004).

Por meio da Educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural. A referida autora explica que o direito à Educação de qualidade é básico porque assegura o cumprimento de outros direitos. Sem conhecimento ou acesso a informações, como posso saber que tenho direito à saúde e ao bem-estar, ao meio ambiente sadio, a condições adequadas de trabalho? Desse modo, auxilia a reduzir a pobreza, pois quanto mais as pessoas estudarem, mais oportunidades terão no mercado de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Você no Mercado de Trabalho da FGV/Instituto Votorantim, uma pessoa que conclui a pós-graduação tem 422% mais chances de conseguir um emprego do que alguém não alfabetizado. Quem estuda também ganha mais: o salário de um pós-graduado é 544% maior do que aquele recebido pelos analfabetos. Esse impacto é perceptível em todos os níveis de escolaridade. Se todos os estudantes em países de renda baixa deixassem a escola sabendo ler, 71 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza, segundo o relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos de 2011. O relatório também mostrou que cada ano extra de escolaridade aumenta a renda individual em até 10%.

Dessa forma, a educação torna-se o ponto chave para o desenvolvimento, uma vez que ela veio exatamente para isso, suprir esses anseios, extrair do outro, completar e “por tabela” somar. Sócrates seria um bom exemplo disso, uma vez que quanto mais afirmava sua ignorância, mais se abria a novas ideias e lhe permitia um maior aprendizado, uma busca constante pelo saber. Nesse aspecto, a educação vem à tona como forma, sobretudo, tanto de integrar o homem à sociedade a que pertence quanto lhe dar a oportunidade de interferir no meio em que vive, uma vez que, diferentemente dos animais, o homem não se adapta ao meio,

mas adapta o meio a si, prova disso, pode ser notavelmente presenciada ao nosso redor no que diz respeito aos processos evolutivos em geral (García, 2009). Diante disso, podemos notar o quanto a educação é significativa e essencial na vida das pessoas e, dessa forma, o desenvolvimento do homem em seus diversos fatores sociais, culturais, políticos, entre outros, faz-se necessário irrefutavelmente à educação.

3. Uma análise antropológica da Educação na relação homem e meio ambiente

Na visão antropológica, buscamos parâmetros para compreender o indivíduo e sua relação com o ambiente em que vive, na busca de sua própria transformação. Podemos dizer que os movimentos educativos explicam o desenvolvimento humano e de suas capacidades individuais, como também a melhora da sua condição de convivência social. Assim, encontramos nos nossos dias modalidades educativas que giram em torno das pessoas e das relações com outras pessoas ou grupos: a educação de direitos humanos, a educação para igualdade de gênero, a educação ambiental, etc. Nessa concepção, a melhoria individual de um ser ou de um grupo repercute no melhor funcionamento de uma grande coletividade, assim entendemos que podemos ter um mundo que aceite a diversidade cultural, centrada, no entanto, na igualdade ou no respeito recíproco.

Durante séculos, a educação foi exclusivamente centrada para melhorar o indivíduo, foi absolutamente antropocêntrica, sendo o homem o centro do universo. No entanto, na segunda metade do século XX, e estimulada pela necessidade de responder, ao mesmo tempo, a uma problemática ecológica que já se deixava sentir, nasceu um movimento educativo ampliado para o campo ambiental, o qual chamamos *ecocêntrico*, onde a natureza é um só ente, o homem faz parte desse ente, e cada movimento afeta o planeta, e a sociedade deve adaptar-se a essas novas necessidades.

No que tange à Educação Ambiental (EA), vale ressaltar que, com a incorporação das relações entre os sujeitos e a natureza e com os demais seres humanos em uma escala que vincula o local ao global, podemos considerá-la como uma via para reformular nossas relações com a biosfera, uma vez que é um instrumento de transformação social e compreensão do local onde vivemos, tendo como meta final uma sociedade mais harmônica e equitativa.

Nesse empenho, temos na EA uma ferramenta para obtermos uma educação que converge para o desenvolvimento humano, integrando suas propostas no amplo cenário global dos problemas ambientais e da interação do homem com o seu meio ambiente, o que faz dela uma educação atenta às transformações e mudanças sociais, e permite fazer frente, desde a reflexão e a prática, a desafios que emergem com a complexidade ambiental (Jaym e P.A. Meira, 2009).

Nos últimos anos, tem sido claro que alcançar um tipo de desenvolvimento viável, em termos tanto ecológicos como econômicos e sociais, é denominado desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade implica em si mesma gerar novas formas de vida em sociedade, que nos permitam gerar uma nova relação sociedade-ambiente, ou seja, uma nova construção cultural da natureza. O grande aporte que a antropologia pode fazer à crise ambiental é ajudar-nos a entender os problemas ambientais, assim como a relação particular dos seres humanos com a natureza. Para podermos chegar mais perto desse objetivo, teoricamente, é importante reter parte da visão do determinismo cultural expressado pela etnoecologia, especificamente a ideia de que a natureza se interpreta e é dotada de significado, e que este significado varia entre culturas; mas, ao mesmo tempo, delimitar a capacidade da cultura na construção da realidade e do ambiente, como propõem Tim apud Durand (2002) e Milton (1997).

4. O que são os ODM?

Os ODM foram definidos para tentar dar uma resposta aos grandes problemas mundiais que foram objeto de discussão durante as conferências internacionais ocorridas nos anos 90. Nesses encontros, foram debatidos temas

como população, meio ambiente, gênero, direitos humanos, desenvolvimento social e outros, que vieram à tona como forma de questionar o modelo de desenvolvimento econômico e social vigente. Nesse contexto, a ONU realizou, no ano 2000, a Cúpula do Milênio, onde nasceu a Declaração do Milênio, que estabeleceu os oito ODM. A ONU estipulou um prazo de 15 anos, 1990 a 2015, para que os países cumprissem as Metas do Milênio.

Os ODM contemplam questões básicas de cidadania e de dignidade humana. São objetivos de desenvolvimento humano que nos dão a chance de construir um mundo melhor e mais justo para todos e todas. São oito objetivos, 18 metas mundiais e mais de 40 indicadores que descrevem o que deve ser feito para o cumprimento dos ODM até 2015. Os oito Objetivos tratam de temas gerais. Já as metas intrínsecas a cada um dos Objetivos são específicas e mensuráveis. Para cada meta atribuíram-se indicadores que servem para monitorar o avanço em direção à própria meta.

5. A importância dos ODM

São várias as vantagens obtidas pelos municípios que optam por trabalhar com as Metas do Milênio, a começar pela significativa melhoria da qualidade de vida da população, ancorada por meio da implantação de políticas públicas que reduzem a fome e a miséria, que melhoram a saúde, a educação e o meio ambiente, que reduzem a mortalidade materna e infantil e que asseguram mais espaço às mulheres nas escolas, na política e no mercado de trabalho.

Como os ODM se apresentam em objetivos, metas e indicadores, fica mais fácil mensurar os avanços obtidos na administração municipal, saber se as coisas estão indo de acordo com os planos traçados, assim como saber a quem recorrer, caso não estejam dentro do planejado. Obviamente, os objetivos, metas e indicadores são apenas um primeiro passo. É preciso desenhar um planejamento para determinar seus custos e executá-los. Também é necessário encontrar os recursos materiais e as pessoas com conhecimentos e habilidades apropriadas para executar os planos e avaliar se

estão atingindo o resultado desejado. Para atingir um desenvolvimento sustentável e de longo prazo, os governos e comunidades locais precisam estar envolvidos nos processos de gestão, planejamento, execução e monitoramento político. Tudo isso está contemplado na plataforma dos ODM.

6. Compreendendo a luta pelos Direitos Humanos

A luta pela igualdade no período da revolução francesa, quando os direitos humanos foram legalmente proclamados (século XVIII), está circunscrita ao combate da sociedade feudal, especialmente contra o absolutismo, em nome da igualdade de homens para a emergência de uma ordem privada das relações sociais de produção e reprodução social e econômica. A superação dos direitos naturais do homem, portanto, assume status político e, como tal, a necessidade de instauração de um aparato jurídico a fim de garantir esses direitos e protegê-los (Tonet, 2002).

Como o próprio Tonet (2002: 37) afirma, o poder político não seria suficiente para garantir uma forma de sociabilidade marcada pelo antagonismo de classe, assim, o direito surge como uma nova condição de sociabilidade que regula os conflitos sociais. Desse modo, podemos dizer que o direito, assim como a política, é a condição da reprodução da desigualdade social. Destarte, verificamos uma caracterização positiva e natural alcançando determinadas condições de vida vinculadas às capacidades individuais e a competência para poder acessá-las, tendo origem um ordenamento social. Como Abreu (2008) posiciona, haverá uma igualdade abstrata que tangenciará as desigualdades, que ultrapassam a dimensão econômica, como infortúnios num determinado momento histórico, até ganhar o terreno claro da luta de classes, por meio das grandes manifestações operárias do século XIX. É importante falarmos do regime soviético na Rússia para compreendermos os direitos humanos, e nesse momento, em 1917, a discussão sobre os direitos humanos ganha outras proporções. Nesse período, o capitalismo

foi ameaçado como modelo indiscutível de reprodução da vida social, pois os seus ideais de igualdade e democracia liberal foram colocados em discussão, mas o regime soviético, que deturpa a liberdade política das perspectivas socialistas, impulsionou uma agenda de disputas por projetos de liberdades, tanto no campo político como humano, e de sobrevivência material, recolocando a universalização e acesso aos direitos como valores para além de sua contextualização histórico-social. Neste contexto, podemos dizer que, com a sociedade moderna, teve origem a prática política de declarar direitos, onde houve grandes mudanças, para preservar a humanidade da violência, marcando as situações revolucionárias, como: a Independência Norte Americana, as Revoluções Francesa e Russa, assinalando momentos de grandes traumatismos. Dessa forma, as lutas em defesa dos Direitos Humanos é uma história social resultante da luta de classes, da pressão popular, da organização dos movimentos e dos sujeitos políticos em face da opressão, da exploração e da desigualdade social.

Abordamos alguns contextos históricos, enfocando cinco episódios: 1) enfatizamos o capitalismo que se assenta sobre a produção material, portanto, sobre a extração da mais-valia para se concretizar como mercadoria e valorizar o capital; 2) o socialismo que superou o capitalismo, mas não o capital enquanto forma de organização da produção. Ou seja, mantiveram o trabalho fragmentado que sustenta a alienação do trabalho; quando o capital entra em crise, na década de 1960, a manutenção do exército industrial de reserva e os sistemas de proteção estatal mantiveram a pauta dos direitos sociais como mecanismo para sua reprodução; salientamos características únicas entre os projetos burguês e socialista na incorporação desses direitos; 3) o processo de financiamentos do capital desponta como alternativa ao capitalismo. No entanto, é um capital fictício, pois não possui materialidade para sustentação porque é deslocado da produção material e não pode, em última instância, gerar o lucro que advém do trabalho humano na ordem social vigente; 4) temos a agenda da sustentabilidade, dos direitos humanos, das políticas sociais como estratégia para a inserção num modelo de reprodução das relações sociais na ótica liberal e 5) a emancipação humana para a esquerda sob bases insustentáveis na ordem do capital.

Num mundo de abundância e de desigualdades crescentes, a pobreza é não só um propiciador de violações dos direitos humanos, mas é, ela própria, uma violação dos direitos humanos. Nesse sentido, parece consensual que a agenda pós-2015 terá de ser centrada nas pessoas, nas suas aspirações e nos seus direitos reconhecidos internacionalmente (ONU Agenda Pós-2015).

Esta parece ser a tendência das recomendações para a agenda global para o pós-2015, com a possibilidade de acordar “objetivos-zero”, ou seja, a definição de metas que se baseiem não numa percentagem ou redução, mas na erradicação de fenômenos que consideramos inaceitáveis (por exemplo, erradicar a pobreza extrema e a fome, em vez de apenas a diminuir). A erradicação da pobreza tornou-se uma aspiração global.

7. ODM - Metas para 2015 e a base para conseguir ODS em 2030

Em 2000, na Cúpula do Milênio, os países se comprometeram a, até este ano de 2015, reduzir a fome e a pobreza extrema no planeta à metade do que eram em 1990. Se todos os países do mundo tivessem tido o mesmo desempenho do Brasil, o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio teria sido alcançado mais de uma década antes do previsto. Já em 2002 ultrapassamos a meta internacional de reduzir o nível de pobreza de 1990 à metade; e em 2007 a meta nacional, mais ambiciosa, de reduzir a porcentagem de pobres à quarta parte da de 1990.

Tendo como base o quinto relatório de acompanhamento dos ODM (maio/2014), em dez anos, entre 2001 e 2011, a população com renda domiciliar per capita até US\$ 1,25 dia caiu de 14% para 4,2%. O sucesso no combate à pobreza extrema também é fundamental para que a população tenha segurança alimentar. Segundo o principal indicador de monitoramento da fome, a porcentagem de crianças de zero a quatro anos com peso abaixo do esperado para a idade também

ultrapassou a meta entre 1996 e 2006, quando passou de 4,2 % para 1,8%.

A redução da pobreza extrema e da fome, além de benéfica, também contribuiu para o objetivo maior de reduzir o elevado nível de desigualdade na distribuição de renda, bem ilustrada pela queda do valor do coeficiente de Gini, de 0,612, em 1990, para 0,500, em 2011.

Nesse campo de trabalho, são muitas as ações do governo federal, executadas em conjunto com governos de estado e prefeituras municipais, que contribuem para o cumprimento dessas metas.

O Programa Bolsa Família já atende mais de 13,8 milhões de famílias em todo o território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar. A gestão do Bolsa Família é descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza de forma descentralizada os serviços sócios assistenciais no Brasil também contribui para nosso objetivo. Em dezembro de 2012, 5.544 Municípios e DF (99,6%) já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do SUAS, sendo 180 (3,2%) em gestão inicial, 5.008 (89,3 %) em gestão básica e 394 (7%) em gestão plena. Habilitar todos os municípios que ainda não aderiram ao SUAS, bem como estimular a migração de todos os municípios em gestão inicial para a gestão básica, será um passo importante para o ODM.

Temos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, a preços compatíveis. Os alimentos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede sócio assistencial e pela rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), contribuindo, também, com a formação de estoques públicos de alimentos. Por fim, uma importante medida voltada ao fortalecimento da agricultura familiar veio com a Lei nº 11.947, de 2009, por meio da qual foi estabelecida para os estados, o Distrito Federal

e os municípios a aplicação mínima de 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento) para o do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. Além de melhorar as condições alimentares e nutricionais das crianças, por meio desses programas, as prefeituras municipais também contribuem para a inclusão produtiva dos agricultores familiares de nosso país, com o desenvolvimento local, auxiliando, assim, no combate à pobreza rural.

A meta para 2015 era reduzir pela metade a proporção abaixo da linha da pobreza, esse objetivo foi alcançado, ultrapassando em 1,01% a meta proposta.

8. Individualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os ODM tem como primeiro Objetivo (ODM 1) acabar com a pobreza extrema e a fome. O relatório da Organização das Nações Unidas de 2013 mostra que o mundo alcançou a meta de reduzir a pobreza extrema à metade do nível registrado em 1990, cinco anos antes do estipulado, mas, mesmo assim, mais de 1,2 bilhão de pessoas ainda se encontram nessa faixa. Ou seja, a cada oito pessoas, pelo menos uma não tem acesso regular à quantidade suficiente de alimentos para suprir suas necessidades básicas. O Brasil teve uma grande evolução com relação a esses índices, reduzindo a população pobre do país de 25,5% para 3,5%, tendo como base 2012. Mesmo assim, consideramos que é uma avaliação que vai ao encontro dos padrões da dignidade humana, porque os valores de renda adotados como meta que é de \$70 por mês por pessoa para pobreza extrema é considerado irracional, mesmo tendo como base 2012. Para a meta ser atingida, tiveram como pontos fundamentais a diminuição da desigualdade da população e a adoção de políticas públicas para os grupos de famílias mais pobres.

Em um país com o histórico, as dimensões e a população do Brasil, o cumprimento da meta da ODM 1, muito antes de 2015, não foi obra

do acaso. Resultou, dentre outros, do uso de tecnologias sociais inovadoras como o Bolsa Família e o Cadastro Único para Programas Sociais. A maturação dessas tecnologias ao longo da última década proporcionou ao Brasil uma plataforma sólida sobre a qual foi possível construir novas iniciativas voltadas à população mais pobre. É importante para a erradicação da pobreza os entes municipais e a rede do Sistema Único de Assistência Social para o Brasil Sem Miséria. As iniciativas contemplam principalmente a redução da pobreza em diversas camadas vulneráveis, tendo como prioridade crianças, mulheres, índios, negros e a população que reside nas ruas das cidades. Nesse sentido, a inclusão social e a garantia mínima para a população são fatores importantes no contexto dos ODM, com estratégias de possibilitar renda acima da pobreza, educação básica, acesso à saúde e direito à moradia. Na trajetória para redução da desigualdade, a expansão da previdência rural a população do campo, a partir da Constituição de 1988, foi importante porque garantiu o salário mínimo para os idosos, permitindo a redução da pobreza extrema que atinge principalmente as crianças e os idosos.

O segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM 2) é a universalização da educação primária. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento do Milênio 2013, da Organização das Nações Unidas (ONU), o mundo não alcançará até 2015 a meta de garantir que todos os meninos e meninas tenham a oportunidade de terminar o ensino primário. De qualquer forma, mesmo sem o alcance da meta, a ONU considera que o progresso foi substantivo em relação à situação de 1990. A percentagem de crianças que frequentavam o ensino primário nos países em desenvolvimento passou de 80% naquele ano para 90% em 2011. É importante ressaltar que a educação primária de que trata a meta do ODM 2 corresponde ao primeiro nível da Classificação Padrão Internacional de Educação.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação, é um indicador de qualidade educacional, o qual agrega informações sobre o fluxo escolar e o desempenho dos estudantes em avaliações de língua portuguesa e matemática. A partir do índice, são estabelecidas metas nacionais,

estaduais, municipais e até para cada escola.

A série histórica de resultados se inicia em 2005. A expectativa é evoluir da média nacional de 4,4 nos primeiros cinco anos do ensino fundamental (anos iniciais), alcançada em 2005, para 6,0, em 2022.

9. Aquiraz - perfil e metas do município

Conforme os relatórios dinâmicos do monitoramento de indicadores do Portal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹, o município de Aquiraz, que foi a primeira capital do estado do Ceará, tem uma área de 482,6 m² e uma população de 72.648 habitantes, sendo o 13º município em termos populacionais. A previsão de habitantes para o ano de 2014 era de 76.967 habitantes, com um IDH de 0,641 no ano de 2010, sendo o 33º no ranking estadual, e com índice de Gini de 0,498, o 37º no ranking estadual. Em 2010, 10,4% estavam abaixo da linha da indigência, 15,5% entre a linha da indigência e da pobreza e 74,1% acima da linha da pobreza. Teve onze metas para atingir os ODM, tendo alcançado quatro delas, sete metas não foram atingidas. Iremos comentar as metas relacionadas à pobreza, desigualdade social e educação básica.

Conforme dados do censo demográfico de 2010 do IBGE, a renda per capita média de Aquiraz cresceu 138,57% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 147,80 em 1991 para R\$ 242,56 em 2000 e R\$ 352,60 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 64,11% no primeiro período e 45,37% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em agosto de 2010) passou de 34,41% em 1991 para 19,7% em 2000 e para 8,09% em 2010. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,57 em 2000, e para 0,48 em 2010.

10. Erradicar a extrema pobreza e a fome em Aquiraz

O Portal dos Objetivos do Milênio de 2014 e o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 evidenciam que no município de Aquiraz foram trabalhadas onze metas para atingir os objetivos do milênio. Primeira meta: reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda abaixo da linha da pobreza; segunda meta: reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população que sofre de fome; terceira meta: garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino fundamental; quarta meta: eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015; quinta meta: reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade de crianças menores de cinco anos; sexta meta: reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna; sétima meta: até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS; oitava meta: até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação da malária e de outras doenças; nona meta: eliminação e detecção de novos casos da hanseníase até 2015 – vale salientar que a nona meta é considerada atingida, tendo em vista o controle da hanseníase; décima meta: reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura e décima primeira meta: reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais. Vamos deter-nos em três metas que julgamos principais para obtermos igualdade social, que é a redução da pobreza e da fome e a educação para todos.

10.1 Primeira meta - proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência - 2000/2010²

Em 2000, o município tinha 52,4% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, percentual que se reduziu para 25,9% em 2010.

Mesmo apresentando uma redução de 50,6% no período, são 18.387 pessoas nessa condição de pobreza. Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerados abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70.

10.2 Segunda meta - proporção de crianças

menores de 2 anos desnutridas – 1999-2013³

Em 2013, o número de crianças menores de 2 anos pesadas pelo Programa Saúde da Família era de 94,4%; destas, 1,0% estavam desnutridas. No município, em 2010, 37,1% das crianças de 0 a 14 anos de idade estavam na condição de pobreza, ou seja, viviam em famílias com rendimento *per capita* igual ou inferior a R\$ 140 mensais.

10.3 Terceira meta - taxa de conclusão no ensino fundamental e médio - 1991/2000/2010⁴

Busca-se educação básica de qualidade para todos do município de Aquiraz. Apesar de ainda precisarmos avançar em relação à frequência escolar, o maior desafio está na conclusão. A taxa de conclusão do fundamental entre jovens de 15 a 17 anos era de 2,8% em 1991. Em 2010, esse percentual passou para 45%. Quando analisado o ensino médio, os percentuais de conclusão caem significativamente. Em 1991, dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 2,8% acabavam o ensino médio. Em 2010, este valor aumenta para 36,7%. Caso queiramos que, em um futuro próximo, não haja mais analfabetos e que a qualidade da educação melhore, é preciso garantir que todos os jovens curse o ensino fundamental e sintam-se estimulados a continuar na escola. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos em 2010 era de 94,4%.

No município, em 1991, 36,9% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. Em 2006, o Ministério da Educação, como uma das providências para melhorar a qualidade da educação, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de nove anos no país. Assim, passou a ser considerada a faixa etária de 6 a 14 anos para o ensino fundamental; em 2010, verificou-se que 16,5% destas crianças não estavam na escola.

O aluno é considerado em situação de distorção idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. Percebe-se que a distorção idade-série se eleva à medida que se avança nos níveis de ensino. Em 2013, entre alunos do ensino fundamental, 21,4% estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 39% nos anos finais. A defasagem chega a 42,9% entre os que alcançam o ensino médio.

Considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁵-2005/2007/2009/2011/2013⁶, o município de Aquiraz, em 2013, estava na 2.171ª posição, entre os 5.565 municípios do Brasil, considerando os alunos dos anos iniciais, e na 900ª, no caso dos alunos dos anos finais. Quando analisada a sua posição entre os 184 municípios de seu estado, Aquiraz está na 48ª posição nos anos iniciais e na 13ª nos anos finais.

O IDEB nacional, em 2013, foi de 4,9 para os anos iniciais em escolas públicas e de 4 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,7 e 5,9. Em relação aos 184 outros municípios do Ceará, Aquiraz ocupa a 33ª posição, sendo que 32 (17,39%) municípios estão em situação melhor e 152 (82,61%), em situação pior ou igual.

O município de Aquiraz obteve avanços, mas ainda falta muito a realizar, pois ainda existem pessoas passando fome e crianças fora das escolas, e o ensino fundamental nos moldes atuais não tem qualidade. Possibilitou-se, sim, aumentar o número de crianças e jovens nas escolas, a qualidade do ensino, no entanto, é duvidosa. A redução da pobreza e da fome atrelada às políticas públicas do estado alcançaram metas. No entanto, todos têm o direito de conseguir uma vida melhor e prosperar, obtendo estímulos ao emprego com o desenvolvimento de sua região. No município de Aquiraz essa meta está longe de acontecer, porque a economia depende do capital do Estado, e o desenvolvimento e investimento da iniciativa privada com criação de empregos e desenvolvimento comercial da região é quase nula.

Assim sendo, podemos dizer que acabar com a pobreza extrema (entendida como menos de 1,25 dólares/dia, dados de 2005) será um marco na nova agenda pós-2015 e será um esforço considerável, mas não altera os cerca de 2,6 milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia. Sendo a redução da pobreza condição necessária, mas não suficiente para que haja desenvolvimento, questões como a exclusão social, a marginalização de largos setores da população, o desemprego e outras terão cada vez mais importância nesta concepção multidimensional de bem-estar. Nesse contexto, devemos continuar abraçando as metas

de desenvolvimento e o alívio à pobreza, no entanto, não podemos depender primordialmente dos programas tradicionais de luta contra a pobreza, mas sim de um crescimento econômico mais equitativo e inclusivo, onde as políticas e fundos internos e externos tenham ambos um papel a desempenhar. Além disso, significa que todos os grupos sociais participem e compartilhem dos benefícios dos processos de desenvolvimento, o que implica necessariamente abordar as questões ligadas às desigualdades, tal como parece ser consensual nos vários documentos publicados pelas instituições internacionais (UN 2012, UN 2013a, *Council of the European Union 2013, European Report on Development 2013*).

A vigência dos ODM não cessa em dezembro de 2015, pois permanecem atuais em muitos aspectos, diversos deles não foram realizados e necessitam continuar a serem perseguidos na nova agenda global. Assim, devemos dar continuidade ao processo a ser encarado como evolutivo e não dividido em gavetas temporais estanques. Nesse contexto, devemos observar que, nas últimas duas décadas, o debate internacional sobre o desenvolvimento estava focado em duas tendências e processos internacionais distintos, que pareciam no início caminhar na mesma direção, mas que diferem nas suas prioridades e filosofias de base: o primeiro teve na agenda a redução da pobreza, que encontrou expressão nos ODM e, por outro lado, a ideia de sustentabilidade, muito ligada às questões ambientais, e que foi consagrada na Cimeira do Rio e nos agora denominados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes encaram a luta contra a pobreza como uma das questões, entre outras, a ser tratada na promoção do desenvolvimento sustentável, e não como o objetivo principal que norteia a abordagem global (como aconteceu com os ODM). Se os promotores dos ODM têm manifestado receios de que a redução da pobreza seja colocada como um item sem muita importância na agenda dos ODS, os defensores desta criticaram os ODM por terem um conceito demasiado restrito do desenvolvimento e negligenciaram questões econômicas e ambientais (Ferreira, 2013).

De acordo com o exposto na Agenda Pós-2015, a pobreza se alterou quer em termos da sua geografia mundial, quer nos desafios que hoje

são considerados mais urgentes e relevantes para a discussão das estratégias de resposta ao nível global. Se em 1990 – ano base de cálculo dos ODM – a pobreza era essencialmente encarada como um problema dos Países Menos Avançados (PMA), com cerca de 93% da população considerada muito pobre, atualmente mais de três quartos dos pobres vivem em países de rendimento médio e estável, mas populosos (Ferreira, 2013).

11. Considerações finais

A globalização vem acarretando problemas e ao mesmo tempo, gerando uma consciencialização em precedentes, no sentido de considerar cada vez mais a pobreza como um fenômeno inaceitável em termos globais, particularmente nos casos extremos de fome e de carências básicas. Se fizermos um paralelo com a crise financeira que atingiu os Estados Unidos, verificamos os elevados recursos financeiros disponibilizados em poucos meses para salvar as instituições financeiras, muito acima daqueles que se dizia serem impossíveis mobilizar para acabar com a fome no mundo. Hoje existe uma maior consciência de que terminar com a fome no mundo é perfeitamente realizável. Esta parece ser a tendência das recomendações da agenda global para o pós-2015, com a possibilidade de acordar “objetivos-zero”, ou seja, a definição de metas que se baseiem não numa percentagem ou redução, mas na erradicação de fenômenos que consideramos inaceitáveis (por exemplo, erradicar a pobreza extrema e a fome, em vez de apenas a diminuir). A erradicação da pobreza tornou-se não apenas um desígnio moral ou normativo, mas uma aspiração global.

Os ODM não conseguiram diminuir as desigualdades de renda no mundo. Os que fazem parte de 1% da população mais rica controla 40% da riqueza mundial, enquanto a metade mais pobre da população mundial só é dona de 1% da riqueza. No Brasil, entre 1990 e 2012, a diferença dos 20% mais pobres com os 20% mais ricos era de 30 vezes e agora caiu para 17. Porém, hoje os 20% mais ricos controlam 57,1% da renda nacional, bem acima dos padrões internacionais. A desigualdade social deve ser colocada como meio e fim estratégico

da Agenda Pós-2015. Em tempo de profundas mudanças climáticas que estão trazendo enormes consequências econômicas, sociais e ambientais, é mais do que necessário, é imprescindível, repensar o modelo de produção e consumo vigente.

O planeta não suporta mais o uso intensivo dos recursos naturais insustentáveis. Os ODS precisam indicar concretamente o caminho em direção a um modelo de desenvolvimento sustentável, partindo dos consensos estabelecidos entre os países na Conferência pelo Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2012, a Rio+20.

Face à crise econômica e financeira de 2008, os fatores domésticos deverão ter forte influência na agenda prioritária dos países desenvolvidos. Portanto, somente uma forte articulação global da sociedade civil poderá ter efeito interno adicional em cada país para que os governos assumam compromissos globais. A Conferência Rio+20 demonstrou o forte poder de influência da sociedade civil. O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade conclama todos os atores sociais e empresariais a reforçarem suas ações e parcerias em prol de ODS que tenham metas e indicadores para diminuir as desigualdades sociais e promovam a inclusão social, a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade entre gêneros e racial, a proteção ambiental, a valorização da educação e saúde, a promoção das energias renováveis, em direção ao desenvolvimento sustentável.

Temos 17 objetivos e 169 metas sobre questões de desenvolvimento sustentável que irão pautar a nova agenda de desenvolvimento das Nações Unidas. Um dos objetivos se refere aos meios de implementação e financiamento da sustentabilidade. Já os outros 16 objetivos são temáticos, e procuram aumentar a ambição dos ODM (pobreza, saúde, educação, gênero) e promover a sustentabilidade econômica (crescimento inclusivo, empregos e infraestrutura) e a sustentabilidade ambiental (mudança do clima, oceanos e ecossistemas, consumo e produção sustentável). Tudo isso aliado às sociedades pacíficas e inclusivas (agenda de governança, estado de direito, violência). Evidencia-se assim, a necessidade de continuarmos pautados em eliminar a pobreza e aumentar a qualidade educacional.

Para todo o Brasil, especificamente para o município de Aquiraz, em relação à pobreza, o objetivo é erradicá-la em todas as suas formas, em todos os lugares, e acabar com a fome. E, na área da educação, é o de garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos.

NOTAS

¹ O Índice Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

² Os dados foram obtidos através do IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

³ Os dados estão de acordo com a Fonte SIAB – DATASUS.

⁴ Dados também obtidos tendo como Fonte o IBGE - Censo Demográfico.

⁵ O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do ensino fundamental, podendo variar de 0 a 10.

⁶ Dados obtidos através do Ministério da Educação – IDEB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. (2008). *A arte de argumentar—gerenciando razão e emoção*. Ateliê Editorial.

CARNEIRO, N. D. P. (2014). Identidades e diferenças: para uma antropologia do eu e do outro. *Revista Brasileira de Ciências da Amazônia*, 2(1). pp. 112-126.

CARVALHO, I. C. D. M. (2004). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. Cortez.

DÍAZ, J. M. H.; HUERTA, J. L. H. (2014). *Historia y presente de la educación ambiental: ensayos con perfil iberoamericano*.

DURAND, L. (2002). La relación ambiente-cultura en antropología: recuento y perspectivas. *Nueva Antropología*, XVIII (61). pp. 169-184.

FERREIRA, P. M. (2013). *A agenda pós-2015 para o desenvolvimento: da redução da pobreza ao desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.

GARCÍA, M. A. (2009). *Aprendiendo a ser humanos: una antropología de la educación*. Ediciones Universidad de Navarra, EUNSA. 3ª ed.

GAUDIANO, E. (2002). Revisitando la história de la educación ambiental. Textos escolhidos. *Educação Ambiental: de uma América à outra*. Montreal: Publications EREUQAM, vol. 1.

HALL, O. (1993). *Perspectivas de la educación ambiental ante el desafío del desarrollo sustentable*. Educación Ambiental y Universidad.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recuperado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/]. Consultado [20-04-2015].

MILTON, K. (1997). Ecologías: antropología, cultura y entorno. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 154. pp. 86-115.

MOREY, M. (1987). *El hombre como argumento* (vol. 26). Anthropos Editorial.

NOVO, M. (2009). La educación ambiental, una genuina educación para el desarrollo sostenible. *Revista de Educación*, número extraordinário. pp. 195-217.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Recuperaod de [http://nacoesunidas.org/pos2015]. Consultado [22-09-2015].

PEIXOTO, P. (2002). *Os meios rurais e a descoberta do património*. Oficina do CES, nº 175.

PEREIRA, G. M. (2008). *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. Editora Contexto.

PELLÓN, E. G. (2010). Patrimônio cultural: educación y desarrollo Em: BARRIO, A. E.; MOTTA, A.; GOMES, M. H. (org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: FUNDAJ/Massangana.

PORTAL DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Recuperado de [www.portalodm.com.br]. Consultado [20-04-2015].

QUINTO RELATORIO NACIONAL ACOMPANHAMENTO ODM
– maio/2014.

TONET, I. (1997). Para Além dos Direitos Humanos. *Revista Novos Rumos*, Maceió: Edufal.

TONET, I. (2002). *Ética e capitalismo*. Presença Ética.

UNESCO. (1976). *Seminario Internacional de Educación Ambiental*. Informe final. Doc. ED-76/WS/95. Paris: Unesco.

UNESCO. (1977a). *La educación frente a los problemas del medio ambiente*. Doc. ED-77/CONF. 203/COL.3. Paris: Unesco.

UNESCO. (1977b). *Resumen de Síntesis relativo a las Reuniones Regionales de Expertos sobre Educación Ambiental*. Doc. Enved7. París: Unesco.

UNESCO. (1980). *La educación ambiental*. Las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi. Paris: Unesco.

UNESCO. (2004). *United Nations Decade of Education for Sustainable Development (2005-2014)*. Draft International Implementation Scheme. Paris: Unesco.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. (2004). O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. *Cadernos de Pesquisa*, vol. 34, nº 121. pp. 77-104.

VILLAVERDE, M. N. (1993). *La educación ambiental en la universidad*. *Educación ambiental*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.